

**O PROTAGONISMO QUILOMBOLA NA COMUNIDADE
BOQUEIRÃO DA ARARA, CEARÁ**
**THE QUILOMBOLA PROTAGONISM IN BOQUEIRÃO
DA ARARA COMMUNITY, CEARÁ**
**EL PROTAGONISMO QUILOMBOLA EN LA COMUNIDAD
BOQUEIRÃO DA ARARA, CEARÁ**

Tânia Gorayeb Sucupira

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
Professora do Ensino Fundamental da rede municipal de Fortaleza.
Fortaleza-CE, Brasil.
thianasucupira@yahoo.com.br

José Gerardo Vasconcelos

Professor Doutor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).
Fortaleza-CE, Brasil.
gerardovasconcelos1964@gmail.com

Camila Saraiva de Matos

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
Fortaleza-CE, Brasil.
camilasaraiva28@hotmail.com

Antônio Roberto Xavier

Professor Doutor da Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
Redenção- CE, Brasil.
roberto@unilab.edu.br

Resumo

Esta escrita objetiva demonstrar o protagonismo político e cultural dos moradores do quilombo Boqueirão da Arara, no estado do Ceará, em seu percurso de autorreconhecimento e legitimação oficial como comunidade de descendentes de antigos escravos. Para tanto, recorre-se metodologicamente à pesquisa participante; como procedimento técnico, à abordagem qualitativa e às técnicas da História Oral, além da prática de observação direta e ao uso de entrevistas abertas para coletar dados e compreender o que os quilombolas veem, creem e pensam acerca de seu legado cultural e de sua ancestralidade, por meio da análise de suas narrativas. Entre os resultados obtidos, antecipa-se que o protagonismo político do grupo conquistou para a comunidade o reconhecimento legal de seu povoado como sendo legítimo território remanescente de quilombos tradicionais. No tocante ao protagonismo cultural, conclui-se que, se mantêm nas famílias saberes geracionais legados de seus antepassados escravos, cujas práticas sociais estão ligadas à coleta de frutas em pomares herdados, agricultura de subsistência, atividades de pastoreio de reses e pequenas criações e produção de peças artesanais com elementos naturais da região.

Palavras-chave: Quilombo. Cultura. Memórias. Educação. Boqueirão da Arara.

Abstract

This article aims to demonstrate the political and cultural protagonism of the residents of the Boqueirão da Arara quilombo, in the state of Ceará, in their journey of self-recognition and official legitimation as a community of descendants of former slaves. For this purpose, we used the participant research as methodology, the qualitative approach and techniques of oral history as a technical procedure, besides the practice of direct observation and the use of open interviews to collect data and to understand what the quilombolas see, believe and think about their cultural legacy and their ancestry, through the analysis of their

narratives. Among the results obtained, we anticipate that the political protagonism of the group conquered for the community the legal recognition of its settlement as being a legitimate remnant territory of traditional quilombos. With regard to cultural protagonism, the conclusion is that the families maintain the generational knowledge of their slave ancestors, whose social practices link to the collection of fruits in inherited orchards, subsistence agriculture, cattle grazing activities and production of handmade pieces with natural elements of the region.

Keywords: Quilombo. Culture. Memoirs. Education. Boqueirão da Arara.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo demostrar el protagonismo político y cultural de los habitantes del quilombo Boqueirão da Arara, en el estado de Ceará, en su trayectoria de autorreconocimiento y legitimación oficial como comunidad de descendientes de antiguos esclavos. Para ello, se trabaja metodológicamente con la investigación participante; como procedimiento técnico, se utilizan el abordaje cualitativo y las técnicas de la Historia Oral, además de la práctica de observación directa y de entrevistas abiertas para coleccionar datos y comprender qué ven, creen y piensan los quilombolas sobre su legado cultural y su ancestralidad mediante el análisis de sus narrativas. Entre los resultados obtenidos, se constata que el protagonismo político del grupo conquistó para la comunidad el reconocimiento legal de su pueblo como siendo legítimo territorio remanente de quilombos tradicionales. En el tocante al protagonismo cultural, se concluye que se mantienen en las familias saberes generacionales legados de sus antepasados cautivos, cuyas prácticas sociales están vinculadas a la colecta de frutas en pomares heredados, agricultura de subsistencia, actividades de ganado y pequeñas crianzas y producción de artesanías con elementos naturales de la región.

Palabras clave: Quilombo. Cultura. Memórias. Educação. Boqueirão da Arara.

1 INTRODUÇÃO

Considerar o fato de que o Brasil é a “[...] maior nação com população de ascendência africana do planeta”, na assertiva de Anjos (2009, p. 102), justifica-se a importância de conhecer e socializar aspectos culturais desses grupos sociais, bem como, a causa política dos descendentes dos outrora cativos neste território, compreendendo que muitos povos tradicionais (CHAVES, 2013; FONTELES, 2009; PIMENTEL, 2009; SANTOS, 2015), além de vivenciarem os desafios de vida próprios de populações em situação de risco social e vulnerabilidade econômica, também lutam por reconhecimento oficial de sua condição como grupos sociais originários de escravos africanos e por acesso a direitos básicos de cidadania, como: saúde, trabalho e educação.

Este trabalho apresenta a contemporaneidade da comunidade quilombola do povoado Boqueirão da Arara, no litoral Oeste cearense, destacando parte dos resultados colhidos nas pesquisas em campo de Sucupira (2015) para o Núcleo História e Memória da Educação (NHIME), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), no período compreendido entre outubro de 2013 e agosto de 2015, os quais compõem a dissertação de mestrado em Educação Brasileira da referida pesquisadora.

O escopo deste recorte analítico envolve demonstrar o protagonismo cultural, que surge do *modus vivendi* dos descendentes de antigos escravos na região Noroeste do Ceará e o protagonismo político de membros dessas famílias, percebido na articulação e organização do grupo em ação autônoma para cumprir as exigências técnicas e burocráticas junto a órgãos governamentais, a fim de comprovar a legitimidade do *status* de autênticos descendentes de cativos em território de quilombo tradicional.

É certo que o alicerce da cultura brasileira é rico em costumes e valores advindos da civilização africana, os quais são evidentes em variadas expressões do cotidiano nacional. O samba¹, ritmo musical consagrado nacionalmente, se junta ao conjunto imenso de verbetes incorporados à linguagem – acarajé, farofa, fubá, jabá e moqueca –, heranças de idiomas africanos na formação do vocabulário brasileiro, além de tantos quitutes (outra palavra originária da África) da culinária: vatapá² e mungunzá³, que marcam a cultura nacional e são motivos de orgulho e deleite para o povo.

¹ Dança cantada de origem africana, de compasso binário e de acompanhamento sincopado (BUENO, 2007).

² Prato da tradição afro-baiana, composto de peixe ou crustáceo em papa de farinha de mandioca, adubada com azeite de dendê e muita pimenta (BUENO, 2007).

³ Canjica, grãos de milho cozidos em caldo açucarado, às vezes com leite de coco ou de vaca (BUENO, 2007).

“Muitas das imagens da África em livros são representadas pelos baobás” (CUNHA JUNIOR, 2012a, p. 120), árvores consideradas ícones da cultura e espécimes sagrados para os africanos, as quais são amplamente aproveitadas: o tronco imenso serve de abrigo (seu diâmetro pode atingir 20 metros), seus frutos alimentam, seu caule armazena água e sua matéria-prima serve à construção, confecção, produção de medicamentos, adornos e artefatos para usos diversos. Trazidos por ancestrais para o Brasil, os baobás são cultuados também aqui, segundo citação de Cunha Junior (2012a, p. 120-122):

O universo simbólico africano é imenso e dentro dele a natureza tem um lugar privilegiado, principalmente no campo da religião. Algumas árvores têm significados especiais e estes significados são mantidos no Brasil. Os baobás são tidos como símbolo da África [...], são parte da ancestralidade africana. Esses baobás foram trazidos para o Brasil guardando esse significado de ancestralidade e da representação de permanência africana. O baobá é a persistência do tempo. [...] A tradição africana trouxe em sua bagagem o baobá para o Brasil. Na Praça de República, no Recife, ele pode ser visto, assim como em mais de 20 lugares pelo Brasil.

Não obstante os incontáveis bens culturais que foram legados pelos milhões de africanos aqui trazidos como escravos e de seus descendentes ao longo dos séculos, na modernidade a sociedade ainda aceita e convive com o estigma racial negro, nas palavras de Moura (1987, p. 10), como “[...] o racismo, expresso concretamente, no caso brasileiro, naquilo que se convencionou chamar eufemisticamente de preconceito de cor.” Desigualdades sociais antigas perduram, repercutindo em problemáticas relacionais protagonizadas entre indivíduos e grupos, de cunho pejorativo e preconceituoso.

Perceber e compreender o protagonismo cultural e político dos povos tradicionais é importante, a fim de superar o estigma, não apenas por valorizar a contribuição da cultura negra, mas, sobretudo, por destacar a participação dos afro-brasileiros nos movimentos negros (MOURA, 1987), em sua luta por cidadania, espaços e oportunidades na sociedade.

Concorda-se com Souza (2006) no entendimento de protagonismo como a ação autônoma de empoderamento e acúmulo de capital social, em prol da resolução de problemas e alcance de objetivos de si e do grupo de pertencimento. Autonomia entendida como a capacidade de compreender dada conjuntura e perceber o contexto e os outros atores sociais, partindo de conduta ética baseada em normas de socialização, assumindo papéis no cenário cultural e intervindo no funcionamento de instituições.

Considerando tais pressupostos, este ensaio intenta mostrar detalhes do ambiente, singularidades do cotidiano e marcas de costumes geracionais que denotam herança ancestral, seguindo orientação de Bosi (2004, p. 16), quando se refere à memória dos antigos “[...] como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado”, para justificar a opção por privilegiar a escuta dos moradores mais velhos⁴.

Daí a opção pelo uso da História Oral, ou seja, para encontrar o fio condutor da história retida na memória, reconstituindo reminiscências e trazendo à superfície do tempo fatos e lembranças que remetem ao passado escravista, evidenciam a cultura quilombola e explicam a sobrevivência da matriz africana em artefatos culturais e práticas educativas ancestrais: a tradição⁵. É neste sentido que as falas dos moradores, em especial, dos mais idosos, estão ressaltadas. Comportamentos, práticas e artefatos culturais despertam para o que eles “[...] sabem, crêem [*sic*], esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões acerca das coisas precedentes”, na colocação de Selltiz et al. (1967, p. 273 apud GIL, 1999, p. 117).

⁴ Com vistas a tornar melhor a compreensão leitora, durante a transcrição e registro das falas das senhoras quilombolas, as marcas coloquiais características aos nativos em comunidades rurais foram transcritas, mas preservando integralmente o conteúdo. Todas as entrevistadas conheceram o resultado colhido nas gravações que foram feitas e cederam expressamente o uso das suas narrativas.

⁵ Tradição entendida como a “[...] transmissão oral de lendas ou narrativas; transmissão de valores espirituais de geração em geração; conhecimento ou prática proveniente da transmissão oral ou de hábitos inveterados; recordação; memória; costume, uso” (BUENO, 2007, p. 762-763).

As peculiaridades percebidas nas narrativas permitem a interpretação de simbolismos e significados de valores, crenças e interações sociais amparados em teóricos de narrativas biográficas, memórias de vida e mobilidades sociais, a exemplo de Bosi (1994), Delory-Momberger (2006), Halbwachs (2004), Rodrigues (2013), Pollak (1992), dentre outros. O interesse por estudos sistematizados embasados em teorias sociais críticas encontra suporte em Chizzotti (2014, p. 70), cujos pressupostos de pesquisas com rastros etnográficos relacionam questões políticas e discursivas na construção das sociedades e descortinam “[...] as inscrições ideológicas e políticas que subjazem aos significados das ações e das ideias que os indivíduos exprimem ou praticam no seu dia a dia”.

Partindo da premissa de que a produção da cultura ocorre, inexoravelmente, e que, em múltiplos espaços sociais, os afrodescendentes guardam herança de culturas tradicionais do continente africano, então é fato que este significativo grupo do alicerce cultural brasileiro, ainda que sem intenção, influencie institucionalmente, produzindo e reproduzindo artefatos e práticas da matriz ancestral da qual fazem parte.

A pesquisa com contornos etnográficos é adequada para investigar a densidade das contradições sociais, porque instrui para uma práxis transformadora, em que “[...] o conhecimento é produzido pelos sujeitos e em favor deles” (CHIZZOTTI, 2014, p. 91), mas é a proposta de Brandão (1988) que orienta a sistematização de conhecimento de mundo e de condições de vida de pessoas, grupos e classes populares.

Ao interagir diretamente com as pessoas em seu cotidiano, compreendem-se significados atribuídos a motivações, comportamentos e procedimentos. Os quilombolas detêm conhecimentos que possibilitam a autonomia política, facilitam a compreensão do seu contexto histórico e social, e permitem identificar fragilidades e potencialidades, apontando problemas e necessidades, bem como, elencando meios necessários para recuperarem e reforçarem a cultura tradicional, nas gerações presentes e futuras.

A abordagem ao tema parte da percepção do alicerce cultural do grupo expresso em memórias, ideias, discursos, trocas de saberes, ações e práticas cotidianas dos quilombolas que impactam a história da formação do povoado e demonstram o protagonismo político que fortaleceu o pleito reivindicatório materializado em Marques (2013).

O *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara* (MARQUES, 2013), expedido sob a chancela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁶ e demais órgãos governamentais especializados, legaliza a condição singular dos moradores do quilombo, orientando, inclusive, o estabelecimento de garantias fundamentais e direito a políticas públicas específicas voltadas para a comunidade (BRASIL, 2003, 2010, 2012, 2013).

A necessidade de enfrentar a questão problemática relacionada ao reconhecimento da ancestralidade africana dos quilombolas do Boqueirão da Arara evidencia a ação autônoma do grupo de moradores, sua organização em associação e a luta por conquista dos direitos constitucionais, bem como, demonstra aspectos e elementos presentes na cultura desse povoado: trocas de saberes, práticas educativas, disputas, conflitos e vivências que fundamentam o construto carregado de tradição africana.

Os resultados socializados esperam fortalecer a causa social dos movimentos negros, contribuir com dados que possam enriquecer e orientar o universo de pesquisas científicas relacionadas com questões étnico-raciais, historiografia da educação e demais categorias arroladas e auxiliar na compreensão sistemática de discursos, concepções e motivações de grupos sociais, bem como, de significados por eles atribuídos a ideias, procedimentos, comportamentos e práticas, conforme postula Chizzotti (2014).

⁶ Órgão governamental responsável por produzir o relatório antropológico de reconhecimento do território quilombola.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 História e memória

O universo sociocultural da população de afro-brasileiros é tema que suscita interesse científico não apenas por envolver sujeitos de destacada representatividade no conjunto demográfico da nação, mas, porque são os descendentes dos antigos escravos neste território: os cativos que tiveram negados seus direitos humanos fundamentais, conforme Lobo (2008), brutalmente, retirados de suas pátrias e aqui cruelmente violentados física e psicologicamente.

Os movimentos negros, as lutas populares e os esforços intelectuais de pesquisadores ao longo do tempo, em acordo com Cunha Junior (2012a, 2012b, 2013), impulsionaram a causa social dos afrodescendentes, modificando o senso comum da sua participação na cultura brasileira, bem como, reivindicando mais espaço institucional e amplitude de acesso a bens sociais. Leis afirmativas e perspectivas paradigmáticas mais humanistas vêm garantindo visibilidade social para esses cidadãos.

Não raro, percebe-se descrédito ou desconhecimento nos discursos, narrativas e senso comum acerca da presença de africanos cativos no Ceará, provavelmente, porque este estado não figura entre os territórios brasileiros com histórico de agricultura ou extração que, no passado, utilizaram mão de obra escrava, como é o caso das culturas de café e cana-de-açúcar, ou mineração de ouro, por exemplo.

Porém, ao contrário do que se imagina, embora em números relativos reduzidos, frente à população de negros registrada em outras localidades com tradição de trabalho com conteúdo escravagista, o Ceará foi lugar de moradia e comércio de senhores de escravos. Eles figuram nos estudos de Silva (1986, p. 13; 26) com nomes e números: “[...] Antônio José Moreira Gomes, comerciante em Fortaleza [...] era possuidor de duas centenas de escravos negros, importando-os para revenda [...]; raras foram as famílias de posses que não utilizaram o trabalho escravo.”

A assertiva do historiador não deixa margem a dúvidas ou questionamentos sobre a ocorrência do tráfico humano em terras alencarinas. Comerciantes de negros africanos negociavam escravos com os barões, coronéis, comerciantes, fazendeiros e demais burgueses para ostentarem a posse também de cativos, os quais atenderiam às famílias ricas, inclusive nos trabalhos domésticos.

O território onde se encontra o quilombo Boqueirão da Arara – no município de Caucaia – possui a distante de 30 quilômetros do centro da capital cearense, Fortaleza, e rodeado por serras: Serra da Conceição, Serra do Juá, Serra Santa Rosa e Serra Camará são algumas delas. Adiante é possível visualizar a sede da associação do quilombo Boqueirão da Arara, representada na imagem da construção de maior porte, com vista de parte da Serra da Conceição.

Imagem 1 – Quilombo Boqueirão da Arara, destacando a sede da associação.



Fonte: Sucupira (2015).

No passado, esta extensa área foi predominantemente rural, com a economia basicamente agrícola: agricultura de subsistência e criação de pequenas reses, como lembra D. Dica⁷, matriarca nonagenária da família Rodrigues, cujas raízes estão no continente africano:

[...] A minha mãe se chamava Francisca Vieira. Ela nasceu na Serra do Juá. Eu tirava borracha mais o papai. O papai plantou o sítio e ainda está plantado. O pai dele tinha vendido o terreno dele e vieram todos para o Boqueirão. Ele não contava muito, era muito calado. Era muito trabalhador, tirava borracha na Serra, e eu tinha pena e ia com ele. A mãe ficava em casa, lavava roupa para fora. Uma vez eu estava trabalhando quando fui chamada para tirar foto. Estava capinando, foi D. Maria Caiara, a minha patroa, quem tirou a foto [...].

As lembranças são impregnadas de afetividade, conforme postulados sobre memória encontrados em Bergson (1999, p. 05): “[...] representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria”, construída coletivamente, partilhada interativamente e perpetuada sob determinado ponto de vista ou estado de espírito.

D. Dica e o esposo, Sr. Manuel Rodrigues, criaram a família em uma residência simples, bem próxima ao sopé da Serra do Boqueirão.

Imagem 2 – Antiga residência de D. Dica e Sr. Manoel Rodrigues, pais de D. Fia (à esquerda da imagem), juntamente com familiares



Fonte: Sucupira (2015).

A casa ainda hoje abriga parte da família Rodrigues, mas, D. Fia⁸ tem lembranças de muito tempo atrás, detalhes da história que envolve antepassados distantes:

[...] A mãe conta que trabalhou muito na serra, tirando borracha. O pai dela, o avô Manuel João, tirava material do pé de pau para vender; ele fazia roçado, fazia carvão; naquele tempo, não tinha muito carvão. Plantou um sítio, café, bananeira. O avô era escravo da Serra do Juá, ele tirava maniçoba no pé da serra, que dá tipo uma cera que parece a carnaúba. Uma vez a mãe pegou bexiga e até as unhas caíram [...].

Nas memórias de D. Dica e suas filhas, constata-se a lembrança do trabalho no roçado e das lavagens de roupa na Serra do Juá. D. Fia explica não ter podido estudar, pois, teve que trabalhar desde sempre para ajudar os pais a criar os irmãos, porque o pai ganhava pouco.

A história oral proporciona a análise dos ditos excluídos, dos marginalizados, das minorias, ressaltando a importância de memórias subterrâneas que integram as culturas minoritárias e dominadas, contrapondo-se à memória oficial – a memória nacional. O enfoque dos excluídos, do não dito e do que está nas entrelinhas reabilita a periferia e a marginalidade, como se percebe na fala de D. Fia⁹:

⁷ Entrevista concedida por Raimunda Rodrigues de Lima (D. Dica) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

⁸ Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

⁹ Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

[...] Pai ia pescar traíras; ele chegava meia-noite, e a família esperava para comer. A mãe dizia que antes também não tinha nada, que o marido saía de meio-dia para tarde para colocar armadilhas e depois voltava para pegar alguma coisa; antes era tudo muito difícil [...].

Esta memória marginal, que prevalece distante das vias oficiais, busca o ensejo da escuta para aflorar ao espaço público. Se Halbwachs (2004) sublinha na memória o seu aspecto de fenômeno construído coletivamente, de forma flutuante, Pollak (1989) ressalta sua forma seletiva e caráter de disputa: a memória como fenômeno destruidor, uniformizador e opressor da memória marginal sobre a memória coletiva nacional.

As memórias subterrâneas emergem em circunstâncias de crises e em temores exacerbados, revelando, de forma seletiva, os rastros e ensaios vividos pelos sujeitos que filtram o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido.

A narrativa através da História Oral permite compreender o indivíduo não apenas por uma perspectiva contínua, mas, propondo descobertas acerca da sua complexa história de vida, considerando as possíveis rupturas que cercam a sua existência, assim como revela Thompson (1992, p. 137): “[...] a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história, [...] contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas é também mais verdadeira”.

Ao longo da sua trajetória, as gerações que sucederam os antigos escravos na região de Caucaia, no Ceará, sobrevivem entre as lembranças dos tempos mais difíceis, com poucas oportunidades de trabalho, sem condições de mobilidade e carência de serviços essenciais – como abastecimento de água, educação e saúde –, e a permanência na luta por uma vida mais digna, inclusive buscando o reconhecimento e as prerrogativas de sua condição como comunidade tradicional.

2.2 Protagonismo político

Na contemporaneidade, muitos quilombos são percebidos não apenas como comunidades tradicionais, vivenciando os desafios de sobrevivência comuns às populações carentes, mas, como sociedades articuladas politicamente, lutando por seus direitos constitucionais e sintonizadas com artefatos da modernidade, acessando novas linguagens e tecnologias (CHAVES, 2013; FONTELES, 2009; OOSTERBEEK; REIS, 2012; PIMENTEL, 2009; SANTOS, 2015).

[...] As identidades se forjam, assim, pela práxis cultural no território, aderindo a ele e configurando-o enquanto paisagem, enquanto espaço antropizado [...]. É neste âmbito que se deve compreender a unidade e a diversidade das comunidades quilombolas, unidas por um processo histórico, social e étnico, mas diferenciáveis nas suas especificidades. (OOSTERBEEK; REIS, 2012, p. 7-8).

A Fundação Cultural Palmares (2015) promove e preserva a arte e a cultura negras, aponta Cintra (2012), que acrescenta: além da responsabilidade de reconhecer oficialmente as comunidades negras, à Fundação Cultural Palmares, também, compete incentivar projetos embasados em valores de tradição africana, com vistas a recuperar e multiplicar o acervo artístico e cultural, protegendo, enriquecendo e difundindo o patrimônio material e imaterial originário do continente africano.

As primeiras visitas ao Boqueirão da Arara aconteceram em dias de reunião da associação dos moradores, ainda no ano de 2013. É possível ter uma ideia da organização social nos detalhes da imagem à frente. Sentada de frente para a maioria da plateia, encontra-se D. Madalena Prata, representante dos quilombolas.



Fonte: Sucupira (2015).

Os colóquios se davam no interior do templo evangélico da comunidade, em acordo com conjeturas de Rodrigues (2010), quando assevera que temas políticos possuem matizes de condicionantes organizacionais, culturais e sociais.

As reuniões assistidas no quilombo, embora, com pouca estruturação e sistematização, envolvem atos pedagógicos não sistematizados como uma das formas de educação não formal, consoante Libâneo (2004), porque carregam intencionalidade no conjunto de ações, a exemplo daquelas que acontecem nas organizações políticas, movimentos sociais organizados na cidade e no campo, durante trabalhos comunitários e até nos meios de comunicação.

Nos encontros do povoado, em particular, havia diversas interações mediadas pela representante da associação, D. Madalena Prata, inclusive leitura de informes, esclarecimentos burocráticos, condução de debates e resolução de conflitos. Nessas reuniões, o grupo podia se inteirar acerca dos trâmites burocráticos relativos ao processo formal de regularização do território quilombola junto aos órgãos oficiais.

Inicialmente, os representantes da Fundação Cultural Palmares solicitaram reunião com os moradores do povoado, especialmente, os mais velhos, para reconhecimento preliminar do território e dos remanescentes. D. Magela¹⁰ conta: “[...] a Madalena pegou tudo de informação, ajuntou o povo tudinho, pegou tudo para o INCRA”.

D. Madalena Prata organizou o encontro das famílias do quilombo. Os representantes mais antigos trouxeram as lembranças materiais (documentos, relíquias e artefatos) e imateriais (memórias e histórias) que remetiam à história do território e dos antepassados, comprovando a herança ancestral africana. D. Augusta é descendente de antigos escravos, mas, não mora no quilombo, conforme o comentário de D. Fia¹¹: “[...] A Augusta, que nem mora aqui, no tempo da reunião veio cheia de cacareco, até lamparina sem fundo [...]”.

O caminho para garantir o reconhecimento das autoridades é longo e implica unir toda a comunidade do povoado em torno de grandes tarefas: a unidade na causa política, ou seja, a autodenominação como povo tradicional, o reconhecimento da origem africana dos povos contrabandeados como cativos para o Brasil e o enfrentamento dos interesses de empresários e particulares – os proprietários de parte das terras, que, ao longo dos tempos, estabeleceram-se no território originalmente quilombola.

Os documentos coletados no povoado Boqueirão da Arara legitimam o *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara* (MARQUES, 2013) – expedido

¹⁰ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima (D. Magela) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

¹¹ Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

pelo INCRA e demais órgãos governamentais especializados, amparados pela Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – e apresentam dados técnicos, históricos e estatísticos do povoado.

À assembleia realizada em dezembro de 2014 compareceram muitas famílias. D. Madalena leu para os presentes o documento de Marques (2013), tendo o cuidado de ater-se aos detalhes da história de cada um dos moradores ali presentes: ela apontou, em particular, imagens, documentos e fotografias e esmiuçou memórias ali recuperadas e registradas, tais como: a genealogia e a historiografia do povoado.

Na ocasião, atentas à leitura, famílias inteiras estavam reunidas na sede da associação: muitos adultos, idosos, crianças e jovens, quando se ouviu uma forte explosão, que ensurdeceu a todos. O estrondo ecoou, desconfortavelmente, nos ouvidos e foi seguido de extensa e longa nuvem de fumaça, muito incômoda à visão e à respiração, deixando sequelas do desconforto perceptíveis em todos os presentes.

Imagem 4 – Moradores do povoado chegando à sede da associação para reunião



Fonte: Sucupira (2015)

Legenda: Ao fundo, a nuvem de fumaça gerada pela explosão de dinamites da pedreira instalada nos limites do território.

O estouro dos explosivos que quebram as pedras é esperado, por ser parte da ação de extração, mas, a ação exige toque prévio de sirene, alertando os civis das redondezas, como determina o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (BRASIL, 2015), o que, nessa ocasião, não aconteceu.

A pedreira antiga, instalada na área próxima ao Boqueirão da Arara, gera diversos transtornos, como resultado das atividades industriais de extração de minérios. Os conflitos entre moradores da comunidade e empresários são inevitáveis, ultrapassando as disputas pelos limites dos territórios, atingindo a saúde e mesmo pondo em risco a sobrevivência dos quilombolas. D. Fia¹² relata:

[...] Desde que eu nasci, já tinha essa pedreira. A pedreira é antiga. Eu lembro dela desde criança. Meu filho mais velho, Antônio Carlos, já trabalhou lá. Já morreu muita gente nessa pedreira e ficou aleijada também. Teve um homem que ficou deprimido porque perdeu um cachorro em acidente na pedreira. A poeira atrapalha muito, mas, depois daquele dia da reunião, eles estão explodindo mais à noite [...].

É engano imaginar que os quilombolas possam se beneficiar, minimamente, da mineradora em suas terras, com a possibilidade de colocação profissional, como declara Paulo Sérgio¹³, na ocasião com 32 anos e em busca de trabalho:

[...] A pedreira era do Arnaud, que morreu, passou para o filho, que também morreu. Ela é a única empregadora por aqui, juntamente, com o posto de gasolina, que são do mesmo dono, mas têm pouca vaga de colocação. Lá acontecem muitos acidentes, tem muita poeira. O povo tem problema de cansaço; quando pega gripe, sofre muito [...].

¹² Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

¹³ Entrevista concedida por Paulo Sérgio a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 14 de fevereiro de 2015.

Os moradores do Boqueirão da Arara sobrevivem movimentando a economia com práticas culturais típicas de quilombos africanos, o que fica evidente em narrativas postas pelos quilombolas. Nas memórias dos mais velhos, resistem traços da cultura ancestral que Anjos (2009), Moura (1987) e Munanga (1996) reportam em seus estudos, ou seja, a economia baseada em atividades agrícolas e trabalhos manuais. D. Vicência¹⁴ corrobora esse fato em seu relato: “[...] *faço boneca, vassoura, espanador, bolsa; aprendi sozinha. Pego palha de carnaúba do outro lado da pista, limpo, confecciono e vendo. Minha nora me ajuda a vender; já chegamos a levar de 35 peças para vender na feira da Jurema, em Caucaia [...]*”.

Em seu depoimento, a senhora quilombola não faz referência à herança cultural, portanto, não vê sua arte dentro do contexto de saberes herdados, nem reconhece a ancestralidade relacionada com a sua habilidade inata para o comércio e a confecção de trabalhos manuais baseada em elementos naturais da região.

Imagem 5 – D. Fia e D. Vicência felizes expondo a produção artesanal com palha de carnaúba



Fonte: Sucupira (2015).

No entanto, assertivas dos africanistas referenciados se afirmam na narrativa de D. Maria Irene¹⁵, cujas memórias reconstituem a aptidão manual dos antepassados distantes na confecção de artefatos, para a utilização doméstica e a geração de renda destinada ao sustento da família:

[...] O meu avô por parte de pai trabalhava fazendo tamanco e colher de pau de madeira de maniçoba. Depois ele ficou cego de um olho, por conta de um acidente com a ponta de um galho, mas, continuou trabalhando no artesanato. A minha avó também era artesã, fazia louça de barro: panela, pote, alguidar. O barro ela pegava no riacho que hoje é o Açude Guararu. Os compradores dos trabalhos deles vinham buscar as peças. Minha avó por parte de mãe morreu antes de eu nascer e fazia renda com bilro de coco. Uma filha dela fazia propaganda e o pessoal de Caucaia vinha buscar [...]

As práticas sociais do cotidiano não são apenas aspectos de vitalidade da cultura, segundo Pollak (1992), elas também fazem parte da memória que será transmitida e herdada, o que possibilita ao pesquisador compreender “[...] a tessitura imagético-discursiva das relações humanas e as articulações destas com o passado” (SUCUPIRA, 2015, p. 31).

Desde que se casaram há mais de quarenta e cinco anos, S. Raimundo e D. Maria Irene vivem na mesma propriedade, uma casa de taipa, destas que “pode durar até 100 anos”, Anjos (2009, p. 57) afirma. O sítio é herança de antepassados distantes de D. Maria Irene e percebe-se o contentamento e serenidade da senhora quilombola, quando ela revive as histórias dos avós e bisavós. Ela conta que eles trabalhavam na lavoura, na criação de animais e produção de artesanato, mas, o principal legado deixado por eles se encontra no pomar, com mais de cem pés de atas e outros frutos, colhidos

¹⁴ Entrevista concedida por Vicência Andrade a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 14 de fevereiro de 2015.

¹⁵ Entrevista concedida por Maria Irene a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 14 de março de 2015.

sazonalmente, e responsáveis por parcela significativa da renda para o sustento da família.

Entretanto, em algumas situações a sobrevivência e manutenção de tradições esbarram nos desafios da convivência. D. Maria Irene confessa que, se viu obrigada a abandonar a criação de ovinos e caprinos, um costume antigo da família e pelo qual tem muito apreço, porque prefere evitar conflitos com vizinhos. Ela explica que a vizinha, D. Augusta, não cerca suas terras e isto facilita a entrada dos animais que comem a plantação, suscitando questões e provocando tensões nas relações entre os vizinhos. Neste sentido, é racional perceber que há tempo existe uma ampla discussão acadêmica sobre as comunidades quilombolas no que concerne o seu passado e suas tradições.

Nesse debate, fica posto que, o mais importante não seja ideologizar que os habitantes desses espaços quilombolas se mantenham “fiéis ao que fora seu comportamento no berço africano,” como destacam alguns pesquisadores, mas, que se investigue “como esses quilombamentos permanecem em seu novo espaço, com novos cotidianos [...] valores, culturas e mecanismos diferentes” (OOSTERBEEK; REIS, 2012, p. 10-11).

Os desafios são grandes para sobreviver com qualidade de vida e perspectiva de progresso em áreas rurais. Em geral, quilombos estão situados em regiões isoladas de centros urbanos; são comunidades com pouca mobilidade, carentes de equipamentos de serviços públicos, como hospitais e escolas e com pouco acesso a postos de trabalho.

As dificuldades são evidentes durante a narrativa de D. Magela¹⁶, irmã de D. Fia, ambas filhas de D. Dica:

[...] Fui para Fortaleza estudar; estudei até o pedagógico na Escola Normal. Continuei no Colégio Justiniano de Serpa e terminei no Colégio São José. Tive que mudar de escola porque fui prejudicada por um professor, quando eu recusei uma carona. Não trabalhei como professora; trabalhei em lojas de hotéis. Deixei de trabalhar como empregada para poder cuidar dos meus pais. O pai já faleceu, mas, a mãe passa uns dias na minha casa em Araturi, localidade de Caucaia. Tudo que é de resolver fora é comigo. Tirar uma ficha, levar a um médico. Eu que levo a mãe ao médico, compro remédio, venho aqui todo sábado e trago a fruta, o peixe [...].

D. Fia¹⁷ contradiz a irmã e destaca o próprio sacrifício: “[...] ela saiu daqui com 08 anos, nunca foi para o roçado, nunca pegou uma enxada, eu é que sei. Tinha muita fartura na casa da minha mãe, porque a gente trabalhava no roçado, plantando milho, feijão, macaxeira.”

Mas D. Magela¹⁸ destaca as dificuldades de sobreviver em comunidade distante, carente e esquecida pelo poder público, especialmente, quando tem a responsabilidade das despesas do sustento e demais providências com médicos, exames e deslocamentos da genitora anciã:

[...] Aqui só Jesus. Tudo é difícil. Até para pegar um transporte, só na pista. Eu venho aqui todo sábado e trago a fruta, o peixe; eu compro remédio. A mãe toma calmante, remédio para sinusite e também fitoterápico, como suplemento alimentar. Tudo que é de resolver fora é comigo. Tirar uma ficha, levar a um médico. Eu levo a mãe no médico, no Posto de Saúde de Araturi, embora o certo fosse levar em Primavera, mas, lá não tem recursos. A gente se preocupa porque ela adora mascar fumo de pacote [...].

A senhora quilombola saiu de casa ainda criança, com 08 anos, em busca de trabalho; até o momento, ainda vive longe da mãe, no centro de Caucaia, porque não

16 Entrevista concedida por Magela Geralda Lima (D. Magela) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

17 Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

18 Entrevista concedida por Magela Geralda Lima (D. Magela) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

tem meios de produzir o suficiente para sobreviver e ajudar nos cuidados de D. Dica. Ela assume os cuidados de saúde e prevenção, faz visitas semanais ao quilombo, ocasião em que se desdobra em atenção e cuidados com a mãe. Além disso, ela acompanha a genitora nas consultas regulares aos médicos de Caucaia, mensalmente, e presta os socorros em atendimentos de urgência.

Imagem 6 – D. Magela – preparando o quitute preferido da mãe, a caldeirada de peixe – e D. Fia, a irmã, ao lado



Fonte: Sucupira (2015).

A rotina de D. Fia¹⁹ divide-se entre os cuidados de D. Dica, preparando a alimentação diária e cuidando da higiene e demais demandas do cotidiano, e o cultivo de plantas medicinais, cujo saber tradicional faz parte da própria história de vida: “Quando a gente sentia dor no pé da barriga, corria no mato e tomava a xanana. Além da xanana, aroeira, almeixa. Hoje qualquer coisinha corre para o doutor”.

A horta insiste em sobreviver, apesar da hostilidade do ambiente, cuja terra árida e solo seco contam com pouca precipitação, mesmo na estação chuvosa: “[...] e nem dá para plantar, não tem mais inverno; se der uma neblina, o pessoal fica todo alegre”, diz D. Fia²⁰. A carência de saneamento básico e abastecimento hídrico foram contornados após a construção da cisterna, mas D. Magela²¹ alerta: “[...] a cisterna dela aí, coitada, é para todo mundo aí”.

O quilombo Boqueirão da Arara, a exemplo de tantas outras comunidades negras tradicionais, é pleno em saberes geracionais que são perpetuados entre as gerações. Na forma posta em Brandão (2007, p. 10): “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura [...]”, conforme será demonstrado a seguir.

2.3 Educação e práticas educativas do quilombo

A abordagem de práticas educativas de caráter formal e informal suscita questionamentos relacionados com o significado e a aplicação das dimensões da educação. Partindo destes princípios, infere-se que, a educação não ocorre apenas em espaços escolares. Mas, como caracterizar a educação informal? Para isso, recorre-se às ideias de Brandão (2007, p. 07) para enfrentar algumas inquietações:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para

¹⁹ Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

²⁰ Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

²¹ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima (D. Magela) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

ensinar, para aprender -e- ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Com amparo nos pressupostos, entende-se que, o indivíduo aprende permanentemente, adquirindo e somando conhecimento, seja por meio de suas vivências, seja por meio de sua interação com o outro ou com o espaço em que está inserido. Não há uma delimitação nem uma padronização de educação, o ato educacional não acontece somente dentro dos ambientes formais, educandários, mas, em quaisquer espaços nos quais se consolidem relações sociais de ensino e aprendizagem, em todos os momentos e lugares diferenciados e em todas as esferas da sociedade.

O processo educativo não concerne a uma maneira singular, tampouco, a um único modelo. Consoante Brandão (2007, p. 09): “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e, talvez, nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Segundo a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 01º, a educação abrange os processos formativos que, se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Brandão (2007, p. 13) destaca que:

A educação existe onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser.

A educação se concebe por intermédio das experiências e das situações observadas por cada indivíduo ao longo de sua existência e, se potencializa através de uma troca mútua de conhecimentos e percepções. A respeito dessa temática, Brandão (2007, p. 17-18) postula que:

Tudo o que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo -e- a consciência. As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe -e-faz, para quem não sabe -e- aprende.

Com cerca de 30% dos moradores em situação de analfabetismo, segundo apontamentos de Marques (2013), o Boqueirão da Arara testemunha a lentidão do poder público para conseguir suprir as necessidades da comunidade, inclusive no que tange à oferta de educação formal.

O acesso ao ensino institucional e regular é restrito aos primeiros anos da etapa fundamental, e as unidades educacionais que acolhem as crianças quilombolas localizam-se fora dos limites do território, a exemplo da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EEEIEF) Adélia Crisóstomo, situada na margem da BR-222, no lado Sul, em direção Oeste. A escola antiga, fundada havia 40 anos, homenageia uma médica de família tradicional da localidade.

A escola atende a cerca de 500 estudantes, em todos os anos das etapas entre a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos (EJA). Desse total, cerca de cem alunos são autodenominados quilombolas, morando nas diversas comunidades que estão espalhadas na região e dependendo da disponibilidade de transporte escolar para ir e vir à escola.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) definem as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Escolar Quilombola na

Educação Básica através da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, amparadas na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 9.394/96 (LDBEN), Lei nº 10.639/03 e Lei nº 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial), evidencia o alcance reparatório e garante direitos às populações afro-brasileiras.

A diretora da escola informa que, a instituição comemora segundas pontuações expressivas no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee), mas, se queixa da falta de apoio do poder público, inclusive no atendimento de necessidades mínimas para o funcionamento cotidiano, como, por exemplo, melhoria na infraestrutura, abastecimento de água e ampliação do espaço físico.

A escola contorna os problemas comprando água dos carros-pipa e dividindo salas ao meio para acomodar, em um único ambiente, duas turmas. Contudo, o principal problema relatado pela diretora diz respeito ao transporte dos estudantes, uma vez que, a instituição dispõe de apenas um micro-ônibus com 26 assentos para transportar os cerca de cem estudantes que moram em localidades distantes.

Imagem 7 – Ônibus escolar partindo do quilombo, no fim do dia, após deixar alguns alunos



Fonte: Sucupira (2015).

Os discentes que não conseguem lugar no transporte se aventuram pela margem da BR-222 e os demais, conforme D. Jamila²² em tom de lamento: “[...] *vão amontoados na condução escolar, uns por cima dos outros, se espremendo, três ou quatro em uma mesma cadeira*”.

As dificuldades da atualidade encontram alicerce histórico em registros de Menezes (1966), quando assevera a forma lenta e problemática da institucionalização da educação na formação de Caucaia, com referências a práticas de castigos e sacrifícios. D. Fia revela as recordações da breve experiência escolar, corroborando as pesquisas do historiador:

[...] Eu não sei ler. A professora era D. Nini, a escola era limpinha, tinha material de estudo. Na minha época, uma arengzinha e já era palmatória na mão e de joelho no caroço do milho. No caminho de volta, os meninos vinham arengando, jogando pedra. Estudava depois do Boqueirão, depois do viaduto; andava muito, de baixo de sol quente. O pai me tirou da escola e fiquei só trabalhando na roça. Meus filhos também trabalham na roça, eles não quiseram saber de estudo [...].

As lembranças da época escolar de D. Vicência mostram outra percepção. A senhora quilombola lê e escreve; ela²³ lembra detalhes dos primeiros anos de formação escolar e revela o gosto pelos estudos, que sobrevive ao tempo e às dificuldades:

[...] Fui na escola, mas, fiquei pouco tempo. Estudei a carta ABC, a cartilha do povo, a cartilha do cavalinho, o livro do 1º ano e o livro do esqueleto, mas, eu esqueci tudo. Mas eu estou estudando de novo, eu fiz três provas e agora estudo na EJA, de

²² Entrevista concedida por Jamila Andrade a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 7 de agosto de 2015.

²³ Entrevista concedida por Vicência Andrade a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 14 de fevereiro de 2015.

segunda a quinta-feira, das 6 às 9 da noite. Vou andando e volto andando sozinha. É bom voltar a estudar. A professora é a Miúda, ela faz parte da associação. Começou no ano passado e tem livro. Espera, vou pegar o caderno e o livro para mostrar [...]. Agora é férias, mas, mesmo de férias, continuo fazendo as lições. A professora não passou, mas, eu gosto de estudar. Eu só estudo de dia, porque aqui não tem luz elétrica. Agora é tudo melhor, agora é mais fácil, antes nós íamos a pé para Santa Rosa, para a escola [...].

A narrativa traz outra compreensão para a experiência de educação formal entre os quilombolas. Quando recupera os tempos de educação escolar, D. Vicência relembra o prazer que teve, e ainda tem, para estudar. Mesmo morando a certa distância da sala onde acontecem os encontros de EJA (na sede da associação, ou seja, do outro lado da pista), ela vai com satisfação para os encontros e mantém os estudos em casa até durante as férias, superando, inclusive, a falta de energia elétrica.

D. Fia não frequentou a escola, mas, possui muita sabedoria tradicional, relacionada ao plantio e à colheita. Aos 09 anos, ela aprendeu a bordar com D. Tantica, trabalhando noite e dia com os bordados, para sustentar os filhos – ainda hoje borda – e para reforçar o orçamento da casa. Ela também cuida da horta medicinal com zelo maternal, herança de D. Dica, benzedeira antiga, de quem herdou os saberes tradicionais.

Imagem 8 – D. Fia cuidando com zelo de sua horta medicinal



Fonte: Sucupira (2015).

Na comunidade que não possui posto de saúde, assim é comum que as famílias utilizem chás para demandas do cotidiano, socorrendo os familiares e amigos nas necessidades terapêuticas e moléstias menos complexas. Sobre isso, cabe trazer à baila um relato de D. Fia²⁴:

[...] hortelã feito chá para dor de barriga; também pode fazer cru no liquidificador, junto com malva, corama e mastruz. Chá de alfavaca para diabete. Para o estômago, casca de laranja, hortelã e alho. Para queda de cabelo, aplicar a babosa diretamente, prender o cabelo e esperar; ‘santo remédio’. Água de coco direto no cabelo também é bom. Eu cresci sabendo isso. O uso da babosa para tratar o câncer e inflamações eu vi na TV [...].

Entende-se que, processos de obtenção de saberes ocorrem de forma espontânea ao longo da trajetória de vida dos indivíduos, mas, a transmissão dos conhecimentos acontece nas interações sociais, cujas múltiplas possibilidades educativas acentuam o seu caráter informal.

As práticas informais de educação não se detêm a fatores intencionais, porque sua ocorrência se dá de forma autônoma, podendo acontecer através de situações corriqueiras, como bate-papos, interações sociais, conversas ou simples observações, em acordo com Libâneo (2004, p. 81): “Em sentido amplo, a educação compreende o

²⁴ Entrevista concedida por Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento (D. Fia) a Tânia Gorayeb Sucupira no Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, em 22 de novembro de 2014.

conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais [sic], sistematizados ou não, institucionalizados ou não.”

Para Brandão (2007, p. 32), “O espaço educacional não é escolar. Ele é o lugar da vida e do trabalho: a casa, o templo, a oficina, o barco, o mato, o quintal. Espaço que apenas reúne pessoas e tipos de atividade e onde o fazer faz o saber”, o que leva a crer que a educação informal é o processo constante de obtenção de sapiência, competência, habilidades e potencialidades que, se localizam também em âmbito institucional. Logo, o ato educacional informal atenta para o conhecimento empírico, destacando a escuta, a apreciação e a realização de atividades.

A ação de educar e aprender se estabelece sem limitações físicas, sociais, culturais ou institucionais, conforme Libâneo (2004, p. 91):

O caráter não-intencional [sic] e não-institucionalizado [sic] da educação informal não diminui a importância dos influxos do meio humano e do meio ambiente na conformação de hábitos, capacidades e faculdades de pensar e agir do homem. A ênfase que muitos educadores têm dado a essa modalidade de educação tem contribuído especialmente para a compreensão da totalidade dos processos educativos, para além da dualidade docente-discente. Com efeito, a educação informal perpassa as modalidades de educação formal e não-formal [sic]. O contexto da vida social, política, econômica e cultural, os espaços de convivência social na família, nas escolas, nas fábricas, na rua e na variedade de organizações e instituições sociais formam um ambiente que produz efeitos educativos, embora não se constituam mediante atos conscientemente intencionais, não se realizem em instâncias claramente institucionalizadas, nem sejam dirigidos por sujeitos determináveis.

Partindo dos pressupostos suscitados, entende-se que, a dificuldade enfrentada pelos quilombolas, especialmente, os mais antigos, para terem acesso ao ensino institucionalizado, formal, regular, baseado em currículo e voltado para a qualificação profissional, não diminui a importância dos conhecimentos por eles adquiridos, seja de maneira autônoma, seja de maneira colaborativa, com seus pares.

Ainda que tenha frequentado a escola durante espaço de tempo tão curto, não o suficiente para alfabetizar-se, D. Fia aprendeu a bordar ainda criança, com D. Tantica. A atividade é fonte de renda para si e sua família até hoje. O conhecimento de cultivo de plantas medicinais ela herdou da mãe, antiga benzedeira da região, e os saberes servem à família e aos vizinhos, em comunidade distante de postos de saúde e com atendimento precário disponibilizado pelo poder público.

O exemplo dos quilombolas do Boqueirão da Arara mostra que, o enfoque da educação informal demonstra as práticas educativas que transcendem os espaços formais institucionalizados e evidenciam processos de ensino e aprendizagem que escapam a formalismos embutidos em discursos pedagógicos, como explica Libâneo (2004, p. 102):

O que está acontecendo, portanto, é um alargamento do conceito de educação informal, envolvendo práticas conduzidas por conversão, em torno de oportunidades e situações do cotidiano, visando explorar e alargar a experiência das pessoas e podendo ocorrer em qualquer lugar.

As assertivas até aqui postas acentuam tradições que perpetuam a ancestralidade entre os quilombolas. Das memórias dos moradores mais antigos emergem histórias que remetem ao passado escravista, e as vivências ressaltadas nos diálogos evidenciam saberes tradicionais, como experiências que englobam aprendizados diversos: cultivo de plantas medicinais, produção de artesanato e outras práticas culturais que empoderam a comunidade em seu território.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusões, o protagonismo político dos moradores, sob a liderança de D. Madalena Prata, representante da associação, garantiu o reconhecimento governamental do território e a conquista de direitos constitucionais específicos aos quilombolas, embora o acesso a recursos tecnológicos, bem como a equipamentos sociais e profissionais especializados a serviço das populações esteja aquém das necessidades. A ação organizada dos moradores do Boqueirão da Arara conquistou para a comunidade o direito legítimo ao título de território de remanescentes de quilombo, situação legal devidamente comprovada por meio de documento oficial expedido por autoridade institucional competente, mas, falta o título de posse da terra.

Esta condição permite às famílias reivindicarem benefícios previstos em leis e acesso a programas governamentais específicos às comunidades tradicionais. Os quilombolas, contudo, precisam manter a articulação, como associação, e o empenho junto às autoridades para que as políticas governamentais alcancem as famílias, inclusive busquem a legalização das terras comunitárias e a posse do documento do território.

No contexto atual, o povoado possui característica semelhante à de muitos quilombos, comunidades e assentamentos rurais se mantendo, basicamente, com a agricultura familiar, pequenas criações, cultivo de pomares e do pequeno comércio. Contudo, políticas públicas e ações emergenciais, como a construção de cisternas, por exemplo, afora recursos advindos dos programas assistenciais e de transferência de renda contribuem para a sobrevivência básica das famílias.

As senhoras moradoras tradicionais que, gentilmente, cederam seu tempo contaram suas histórias e recuperaram memórias, possibilitando o registro da tradição e da ancestralidade africana que resistem ao tempo e às transformações do *modus vivendi*, intrínsecas à cultura assimilada. D. Dica, D. Maria Irene, D. Vicência, D. Fia e D. Magela descortinaram memórias e reviveram emoções, demonstrando generosidade ao compartilharem reminiscências e sabedorias de vida.

Os saberes hereditários preservados e acessíveis se eternizarão para servirem às futuras gerações, e os elementos que despontam das narrativas mostram traços da cultura ancestral de matriz africana no Boqueirão da Arara, referência cultural e étnica mais marcante na formação da população e do território, propiciando o alcance destas conclusões.

O protagonismo cultural no Boqueirão da Arara tem expressão semelhante à de outros quilombos originalmente africanos, de acordo com Anjos (2009, p. 54): “[...] cultivo de grãos (milho, arroz, feijão e outras) e raízes (mandioca, inhame, batata-doce, entre outras); criação de cabras, galinhas e carneiros; [...] caça e pesca [...]”, horta medicinal, construção de casa de taipa, coleta de frutos e trabalhos artesanais, como o artesanato com barro e palha.

Contudo, perderam-se no tempo ou não foram cultivadas na oralidade as histórias relacionadas a fatos e personagens que remetem aos tempos da escravidão, bem como não se perceberam nas narrativas que foram coletadas resquícios do idioma original e/ou dialetos africanos e não se observou durante as visitas ao campo, a ocorrência de práticas e rituais que caracterizem e determinem a predominância ou existência de religião de matriz africana.

Igualmente, durante cerca de dois anos de visitas sistemáticas ao quilombo Boqueirão da Arara, conversando, perguntando, observando e pesquisando em fontes documentais junto aos moradores antigos e seus descendentes, afora as representações dos antigos, fartas em conteúdos mentais e reminiscências não se coletaram outros dados e/ou elementos que afirmem ocorrência de matrizes culturais de ancestralidade africana, como: práticas religiosas, danças, cânticos, rituais e outras expressões.

Enfim, considerando a força do protagonismo político e cultural percebido entre os moradores do povoado e dado a importância da memória ancestral, espera-se que, a comunidade permaneça articulada e organizada politicamente para insistir na busca e garantia dos seus direitos constitucionais. Por outro lado, urge que o grupo reforce os laços e concentre esforços para resgatar, no sentido lato do termo, os traços da cultura africana perdidos no tempo, reforçando-os e reproduzindo-os para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. Quilombos: geografia africana, cartografia étnica territórios tradicionais. Brasília: Mapas, 2009.

BERGSON, H. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. 2015. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas. Brasília, DF: SEPPIR, 2013.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

_____. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26.

BUENO, S. Minidicionário de língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2007.

CHAVES, L. O. Terra quilombola de Nazaré: organização social espacial, município de Itapipoca-Ceará. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CINTRA, B. Estatuto da igualdade racial: ciclo de palestras conheça mais. Brasília, DF: Cultural Palmares, 2012.

CUNHA JUNIOR, H. Diversidade etnocultural e africanidades. In: JESUS, R. F.; ARAÚJO, M. S.; CUNHA JUNIOR, H. (Org.). Dez anos da Lei 10.639/03: memórias e perspectivas. Fortaleza: UFC, 2013. p. 23-46.

_____. Olhando pela janela e vendo as árvores africanas: as relações Brasil-África: continuidades e permanências da África no mundo Atlântico. In: PETIT, S. H.; SILVA, G. C. (Org.). Memórias de Baobá. Fortaleza: UFC, 2012a. p. 119-130.

_____. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 129, v. 11, p. 158-167, 2012b.

DELORY-MOMBERGER, C. Fotobiografia e formação de si. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre: PUC, 2006. p. 105-117.

FONTELES, L. V. Da invisibilidade ao reconhecimento: regularização fundiária e a questão quilombola no Ceará. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2004.

LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MARQUES, J. G. Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara. Fortaleza: Inkra, 2013.

MENEZES, D. A educação no Ceará: repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, R. O Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MOURA, C. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

OOSTERBEEK, M. G. O. R.; REIS, M. G. O. Terras de preto em terras da santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 19, n. 1, p. 7-14, 2012.

PIMENTEL, H. Construção da identidade étnica entre os quilombolas de Alto Alegre. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1989.

RODRIGUES, R. M. A história, autores e atores: compreensão do mundo, educação e cidadania. Fortaleza: UFC, 2013.

_____. O desafio da esfinge: um estudo das várias faces do Estado Brasileiro. In: VASCONCELOS, J. G. et al. (Org.). *Fontes, métodos e registros para a história da educação*. Fortaleza: UFC, 2010. p. 57-70.

SANTOS, P. F. Memórias que educam: narrativas de velhos do quilombo de Santana-PE para a formação da juventude e preservação dos saberes da tradição. 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

SILVA, P. A. O. A escravidão no Ceará: o trabalho escravo e a abolição. Fortaleza: IOCE, 1986.

SOUZA, R. M. O discurso do protagonismo juvenil. 2006. 349 f. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SUCUPIRA, T. G. Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.